

Autárquicas: por uma política cultural

Se ainda faltam alguns meses para as próximas eleições autárquicas, nunca é cedo para promover um debate sobre as políticas culturais dos municípios.

A relação entre agentes culturais e poder político deve ser de cooperação, sempre que cada uma das partes respeite o trabalho das outras. Quando, por um lado, o poder político tenta «anexar» os agentes culturais, por outro, pratica uma política de incúria cultural (quantas vezes partilhada pelas oposições eleitas!), deverá ter, nos agentes culturais responsáveis e livres, uma oposição acérrima e frontal.

A existência duma Agenda Cultural (AC), bem cultural (e informativo)

é fundamental, quer para os agentes culturais (para a divulgação das suas iniciativas), quer para os cidadãos (para delas terem conhecimento). Também, quando falamos de agendas municipais, para a própria autarquia mostrar o que acontece no seu Concelho (muitos autarcas ainda não perceberam isto!), seja promovido pela autarquia ou não. Agenda essa, cuja periodicidade (muito há a dizer sobre isto) se deverá adaptar à oferta cultural que no município proporciona, devendo ser a mais completa possível, não promovendo apenas os eventos organizados pelo município e todos os que acontecem na sua área geográfica.

Na verdade, a melhor agenda cultural, nunca cobre tudo o que acontece, porque surgem iniciativas que só se confirmam à última hora. Desde que os agentes culturais enviem a divulgação das suas iniciativas atempadamente para os responsáveis da AC, desde que os próprios agentes culturais sejam contactados por esses responsáveis, incentivando-os a enviarem os dados e a informá-los sobre a AC (muitos desconhecem que estas existem, devido à deficiente distribuição de muitas delas). Assim, provavelmente as lacunas duma AG podem ser eficazmente combatidas.

Fazer uma (nova) agenda cultural e os seus responsáveis não contactarem, nomeadamente, os agentes culturais mais activos na sua área geográfica, semeia a desconfiança e não consigo perceber quem aproveita com isso! Os municípios devem bater-se por uma política cultural clara e activa, promotora da Cidadania, duma Cultura de qualidade, diversificada nas abordagens e abrangente no que respeita aos públicos, dando espaço para que novos valores se mostrem. Se o nível cultural é normalmente baixo, não é sério nem responsável, promover iniciativas que não o combatam e o mantenham.

A definição de uma utilização integrada de espaços culturais (e de lazer), como: bibliotecas, museus, arquivos, cinemas, teatros, auditórios, centros culturais, galerias de arte, postos de turismo, espaços internet, escolas, jardins públicos, cafés e bares devendo os espaços públicos ter horários (alargados) que promovam o acesso e não o dificultem.

Não faz sentido que os responsáveis autárquicos pelo sector da Cultura vivam de costas viradas para os agentes culturais, sendo o oposto também verdadeiro. Também não faz qualquer sentido que os vários agentes culturais vivam de mão estendida para o Poder.

No entanto, é verdade que o Poder central, regional e local, afectam verbas para as várias áreas da sua responsabilidade, sendo a Cultura uma delas e se apoiam outras áreas, por que não a Cultura, por isso, não sou contra os subsídios. Não se fique é por aí e que sem eles alguns nada façam!